



CORREDORES SOCIOAMBIENTAIS: NEOLOGISMO PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS

COSTA-ALVES, A.L.; MAY, P.H.

(1) Doutorando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ (2) Professor do CPDA/UFRRJ / Presidente da *International Society for Ecological Economics*

INTRODUÇÃO

Os corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade representam uma estratégia para promover a conservação da diversidade biológica *in situ*, configurados de forma a favorecer a manutenção dos processos ecossistêmicos fundamentais para a sustentação da biodiversidade, como: ciclagem de carbono e nutrientes, ciclo hidrológico, polinização/dispersão de sementes e intercâmbio genético dos componentes da flora e fauna. Para tal, os fragmentos de remanescentes florestais devem se conectar com áreas maiores, a fim de manter a heterogeneidade da matriz de habitats e proporcionar refúgio para as espécies (Brasil, 2006). Os corredores são entendidos também como grandes áreas compostas por uma rede de Unidades de Conservação (UCs) entremeadas por áreas com variados graus de ocupação humana e diferentes formas de uso da terra, baseando-se no uso sustentável dos recursos naturais com manejo integrado, a fim de garantir a sobrevivência das espécies, a manutenção de processos ecológico-evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional forte (Ayres *et al.*, 2005). No entanto, somente os corredores não são suficientes para assegurar que as UCs isoladas cumpram o papel de preservar a biodiversidade contida em seus limites, motivo pelo qual se busca a implementação de Planos de Manejo integrados para concretização de ações efetivas com a população do entorno (Britez *et al.*, 2005).

Para que se dê a implantação dos corredores, são necessárias ações coordenadas que objetivem o fortalecimento, a expansão e a conexão do sistema de áreas protegidas e que incentivem as formas de uso da terra de baixo impacto, a exemplo dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) (Brasil, 2006). Os SAFs podem amenizar os impactos das mudanças climáticas globais nos setores agropecuários (envolvidos com a produção de

alimentos e segurança alimentar), pois as principais influências estarão relacionadas com o uso da terra e a disponibilidade dos recursos hídricos, sendo necessárias mudanças cruciais na gestão dos recursos naturais e utilização de mecanismos de Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos (PSE) (Fernandes, 2006).

OBJETIVO

Neste breve espaço, a partir de resultados extraídos de um estudo de caso local, objetiva-se lançar uma discussão acerca da necessidade de implementação de Planos de Manejo integrados entre UCs Públicas e Privadas, no sentido de engendrar uma estratégia de formação de corredores, incluindo proprietários rurais e população periurbana frente ao quadro de mudanças climáticas.

MATERIAL E MÉTODOS

As pesquisas foram realizadas em 2006, na Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia do São João - localizada na Região das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro - através de dados socioeconômicos da Fundação CIDE (2004) e TCE/RJ (2005), levantamentos *in loco* do uso do solo e utilização de ferramentas do Sistema de Informações Geográficas (SIG) do Laboratório de Geoprocessamento da Associação Mico-Leão-Dourado. Dois municípios foram especialmente estudados por reunirem uma grande concentração de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) nas proximidades da Reserva Biológica Poço das Antas, a saber: Silva Jardim e Casimiro de Abreu. Esse último município foi destacado para o estudo de caso local, pelo fato de suas RPPN estarem agrupadas mais próximas do entorno da Reserva Biológica, circundadas, porém, por fazendas destinadas à produção agropecuária e áreas urbanizadas ocupadas por população carente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o cruzamento de dados, área total do município de Casimiro de Abreu é de 463 quilômetros quadrados, possuindo 4 RPPN oficialmente criadas com área somada de 1160,27 hectares: RPPN Fazenda Bom Retiro (494,30 ha), RPPN Fazenda Três Morros (508,00 ha), RPPN Fazenda Agropecuária Ventania (138,27 ha) e RPPN Fazenda Córrego da Luz (20,00 ha). Além destas, outras RPPN estão em processo de protocolização, na tentativa de formar corredores ecológicos interligados com a Reserva Biológica Poço das Antas (± 5500 ha) e demais RPPN do município vizinho de Silva Jardim, com 24 RPPN que somam um total de 3342,94 ha. Portanto, trata-se de uma área aproximada de 10.000 hectares com potencial para formação de corredores ecológicos entre os dois municípios. No entanto, as fazendas e pequenas áreas urbanizadas nos entornos imediatos das RPPN de Casimiro de Abreu, impedem que haja uma conexão entre os fragmentos de floresta, além de serem responsáveis pela degradação dos solos e poluição das águas.

A principal atividade agrícola do município é a produção olerícola (aipim, inhame e abóbora) e a fruticultura (banana e laranja). Na pecuária, predomina a criação de bovinos, com cerca de 25 mil cabeças e forte expansão para a pecuária leiteira extensiva. A vocação turística permite a criação de circuitos turísticos de serra e mar. Quanto ao saneamento, 26,3 % dos domicílios não têm acesso à rede geral de abastecimento de água e 56,5% não estão ligados à rede geral de esgoto sanitário. A renda per capita média do município girava em torno de R\$ 286,86 em 2000. Desde 1988, são relevantes as mudanças ocorridas: campos e pastagens cresceram 11%, não tendo relação com o aumento da produção pecuária. As formações florestais foram reduzidas em 42% de sua área original, enquanto a vegetação secundária crescia 19%. Não houve expressividade no aumento de um ponto percentual em área agrícola. As formações pioneiras foram reduzidas em 16% e áreas urbanas aumentaram seu tamanho em 50%.

CONCLUSÕES

Para que se dê a formação de corredores ecológicos entre as UCs Públicas e Privadas de Casimiro de Abreu e seu município vizinho, os Planos de Manejo devem ser integrados às realidades socioeconômicas. Os SAFs constituem alternativas capazes de consorciar agricultura e/ou pecuária com florestas, além do grande potencial para geração

de emprego/renda e possibilitar a formação de corredores de biodiversidade e agrobiodiversidade. Neste contexto, os mecanismos de PSE para compensação aos proprietários rurais e comunidades carentes devem ser vistos como instrumentos complementares para uma estratégia de *Corredores Socioambientais* - originalmente concebida por Costa-Alves (2007) - sugerindo este novo termo para inspirar a ação dos distintos atores locais sob a noção de *Responsabilidade Socioambiental*, promovendo a inclusão socioambiental de proprietários rurais e população frente ao quadro de mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYRES, J. M. *et al.* **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. Belém: Sociedade Civil Maminaurá. 2005. 256 p.
- BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente. **O corredor central da mata atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade**. Ministério do Meio Ambiente, Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica. Brasília. 2006. 46 p.
- BRITEZ, R. M. *et al.* **Manejo do Entorno**. In: Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre biodiversidade e recomendação para políticas públicas / Denise Marçal Rambaldi, Daniela América Suárez de Oliveira (orgs.). Brasília: 2ª ed., MMA/SBF, 2005. 510 p.
- FERNANDES, E.C.M. **Agroforestry for Productive and Sustainable Landscapes in the Face of Global Change**. In: Sistemas Agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF, 2006. 365 p.
- COSTA-ALVES, A.L. **Reservas Particulares e Sistemas Agroflorestais: proposta para formação de Corredores Socioambientais**. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PGCA. Universidade Federal Fluminense-UFF. Niterói, 2007. 142 p.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE). **Seminário Fluminense de Indicadores nº 4**. Caderno de Textos. Rio de Janeiro, 2004.
- TCE/RJ. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudo Sócio-econômico do município de Casimiro de Abreu**. Rio de Janeiro. CCS/TCE, 2005. 95 p.